

CURRÍCULO EDUCACIONAL E DIVERSIDADE SOCIOCULTURAL: UMA ANÁLISE DO CURRÍCULO ATUAL BRASILEIRO

Suzana Rodrigues Silva ¹
Aline Yamagishi da Silva ²
Ana Vitória de Souza Silva ³
Antonio Italo Oliveira Bezerra ⁴
Gerlândia de Castro Silva Thijm ⁵

RESUMO

Este estudo busca sistematizar e recuperar aportes teóricos que trazem em suas temáticas os conceitos de currículo, juntamente com discussões acerca das temáticas Culturais e relações Socioculturais, entrelaçando esses conceitos epistemológicos com a construção do currículo educacional contemporâneo. O objetivo principal é analisar as contribuições dessas epistemologias nos Documentos e Diretrizes curriculares que regem o ensino educacional brasileiro, e definem *o que é ensinado* nas instituições escolares. Pretende-se compreender de que forma o currículo atual brasileiro é estruturado de forma a abordar no cotidiano escolar discussões que despertem o senso crítico acerca da diversidade Sociocultural brasileira. O estudo é de abordagem qualitativa com foco na pesquisa bibliográfica. O aporte teórico baseia-se nos estudos sobre os conceitos de currículo com base em Tomaz da Silva Tadeu (2005), Alice Casimiro Lopes (2013), entre outros estudiosos da área; e autores que trazem em suas obras discussões acerca de questões culturais. Parte-se do pressuposto de que muitos saberes culturais vêm sendo marginalizados e inferiorizados em detrimento de outros na realidade educacional. Compreende-se que existem leis presentes no Currículo Educacional que garantem a obrigatoriedade do estudo e valorização no espaço escolar de práticas e saberes culturais de povos que foram historicamente oprimidos, no entanto, na prática, muitos saberes ainda são selecionados de forma hegemônica, sendo necessários estudos voltados à viabilização de um currículo pautado nas práticas e saberes culturais de povos que são marginalizados e inferiorizados em detrimento dos que são considerados superiores.

Palavras-chave: Currículo Educacional, Diversidade Sociocultural, Cotidiano escolar.

INTRODUÇÃO

Desde o século passado, estudiosos e pesquisadores vêm discutido sobre as teorias curriculares, criando teorias sobre *O que ensinar?*, *Quais conteúdos devem ser selecionados e por que ensiná-los?*. Várias teorias foram criadas e reconfiguradas, esse processo de “[...] criação de novos sentidos para o termo currículo, sempre remetendo a sentidos prévios para

¹ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Matemática na Universidade Federal do Pará - UF, suzanarodriguessilva9@gmail.com;

² Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Matemática na Universidade Federal do Pará, alineyamagishi@gmail.com;

³ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Matemática na Universidade Federal do Pará, ana.souza.silva@castanhal.ufpa.br;

⁴ Graduando do Curso de Licenciatura Plena em Matemática na Universidade Federal do Pará, haroldowashingtonbezerra1@gmail.com;

⁵ Professora Doutora da Faculdade de Matemática, UFPA - gerlandia@ufpa.br.

de alguma forma negá-los ou reconfigurá-los" (Lopes e Macedo, 2013), fez com que o currículo assumisse vários sentidos ao longo dos anos. Atualmente, muitos pesquisadores (Silva, 2005; Oliveira, 2009; Lopes e Macedo, 2013) ainda levantam discussões sobre as Teorias Curriculares e o que compõem as grades curriculares, especificamente, que saberes são negligenciados em detrimento de outros. Para a pesquisa em questão, abordaremos a relação entre Currículo e Cultura, buscando compreender como essa temática é tratada no cotidiano escolar.

O Estudo surgiu da compreensão de que muitos saberes culturais são marginalizados em detrimento de outros, considerados superiores. A partir dessa percepção surgiu a necessidade de contribuir com as pesquisas que visam viabilizar culturas e saberes que por tanto tempo vêm sendo inferiorizados. O principal objetivo da pesquisa é compreender, de que forma, discussões acerca da diversidade cultural são abordadas nas Redes Municipais de Ensino. Além disso, compreender de que forma essas epistemologias podem contribuir para um currículo educacional mais agregador, que respeite e priorize ações educacionais que visem a valorização da diversidade cultural.

Compreende-se que as instituições de ensino são responsáveis pela formação social e intelectual de diversos indivíduos. O papel da escola é de suma importância, já que:

Aprende-se na escola não apenas o que é preciso saber para entrar no mundo produtivo, mas códigos a partir dos quais se deve agir em sociedade. Nessa perspectiva, a harmonia e o progresso social são gestados também na escola. (LOPES, 2013, p. 29)

A escola sendo responsável por transmitir códigos que preparam os indivíduos para a sociedade, desempenha um papel importante na transmissão de conteúdos que objetivam repassar para os estudantes a grande diversidade social e cultural existente, com intuito de formar cidadãos que respeitem e valorizem as diferenças, contribuindo assim, com discussões e debates que visam combater o preconceito e a discriminação.

Um ambiente escolar que garante acesso a diferentes culturas e realidades socioculturais atua de forma a contribuir para um currículo mais agregador, garantindo assim, um espaço que respeita e valoriza as diferenças. Oliveira (2009) traz a discussão da Educação Multicultural, que propõe a

[...] defesa de currículos, políticas e práticas pedagógicas inclusivas, que incorporem as tradições culturais dos diversos grupos que fazem parte da sociedade, principalmente daqueles que historicamente vivem em condição de subordinação –

mulheres, negros e negras, homossexuais, pessoas com necessidades especiais, trabalhadores rurais, entre outros (OLIVEIRA, 2009, p. 42).

Para garantir um ambiente e ensino que agregue a diversidade do corpo estudantil é necessário a implementação de práticas educacionais e pedagógicas inclusivas, que tenham como objetivo principal, incorporarem na realidade dos estudantes as tradições dos diferentes grupos socioculturais que compõem a sociedade, principalmente os que por tanto tempo foram inferiorizados e marginalizados.

Uma Educação Multicultural, segundo Oliveira (2009), é um mecanismo de ensino que garante que diversas culturas, saberes e tradições tenham a possibilidade de interação. Essa implementação nas Redes de Ensino é de suma importância, já que,

A educação e a escola são constantemente desafiadas a reconhecer e dialogar com as diferentes culturas que cruzam o seu espaço, com a alteridade. No caso do Brasil e outros países da América Latina esse aspecto ainda é mais evidente por causa de sua hibridização cultural (OLIVEIRA, 2009, p. 49)

Diante das realidades socioculturais brasileira, é necessário repensar estratégias pedagógicas que atendam a diversidade cultural do corpo estudantil, visando contribuir com um processo de Ensino Aprendizagem que atenda essa pluralidade social, compreendendo que “Não é possível estabelecer nenhum critério transcendente pelo qual uma determinada cultura possa ser julgada superior a outra” (SILVA, 2005, p. 86). Sendo assim, é preciso elaborar propostas curriculares que abordem as diferentes expressões culturais existentes de forma equivalente.

A partir dos aportes teóricos e da análise das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), compreende-se que as instituições de ensino devem garantir que os estudantes tenham iguais direitos e visibilidades diante de todas as culturas pertencentes à diversidade brasileira. As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana cumpri

[...] o estabelecido na Constituição Federal nos seus Art. 5o, I, Art. 210, Art. 206, I, § 1º do Art. 242, Art. 215 e Art. 216, bem como nos Art. 26, 26 A e 79 B na Lei 9.394/96 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, que asseguram o direito à igualdade de condições de vida e de cidadania, assim como garantem igual direito às histórias e culturas que compõem a nação brasileira, além do direito de acesso à diferentes fontes da cultura nacional a todos brasileiros (BRASIL, 2013, p. 497).

Diante do exposto, é possível afirmar que a escola é regida por leis que garantem um acesso igualitário para os estudantes, visando garantir um ensino aprendizagem agregador. Sendo assim, a escola desempenha um papel fundamental na sociedade, já que, possui instrumentos que possibilitem que os cidadãos em formação reconheçam e respeitem as diferenças; cidadãos que não compactuam com ações e discursos de ódio que visam desmoralizar o Outro, povos e comunidades que por tanto tempo veem sofrendo preconceitos e discriminação.

METODOLOGIA

A pesquisa adota uma abordagem qualitativa, centrando-se na análise bibliográfica e estudo documental, com base em reflexões e análises de autores que exploram a temática. Uma pesquisa qualitativa oferece a capacidade de compreender a realidade social por meio de investigações teóricas e documentais, considerando diversas interpretações que variam de acordo com a natureza sociocultural de cada indivíduo

Na coleta para geração de dados, no primeiro momento, foi realizada a leitura de aportes teóricos que se baseiam nos estudos sobre os conceitos de currículo com base em Tomaz da Silva Tadeu (2005), Alice Casimiro Lopes (2013), entre outros estudiosos da área; e autores que trazem em suas obras discussões acerca de questões Culturais. Essas análises têm como intuito a compreensão das temáticas que são abordadas no estudo em questão, contribuindo com as discussões e problemáticas abordadas.

A posteriori foi feita uma pesquisa nas Diretrizes Curriculares que regem a Educação Básica Brasileira, com o objetivo de analisar as leis que garantem o ensino e visibilidade das diferentes realidades culturais existentes nas instituições escolares. Além disso, compreender como essas epistemologias já vêm sendo abordadas nas Redes de Ensino.

REFERENCIAL TEÓRICO

As Teorias Curriculares surgiram da emergência de decidir o que precisava ser ensinado nas escolas, da necessidade de formar cidadãos preparados para a demanda imposta pela sociedade. Ao longo dos séculos o currículo sofreu diversas modificações e definido de diversas formas, adquirindo diferentes conceitos e significações. Embora atualmente o termo não possua uma definição exata, é possível compreendê-lo como normas que regem as escolas,

Indo dos guias curriculares propostos pelas redes de ensino àquilo que acontece em sala de aula, currículo tem significado, entre outros, a grade curricular com disciplinas/atividades e cargas horárias, o conjunto de ementas e os programas das disciplinas/atividades, os planos de ensino dos professores, as experiências propostas e vividas pelos alunos. (LOPES; MACEDO, 2013, p. 20).

Um aspecto comum entre os diversos conceitos de currículo é a ideia de organização, que visa estruturar disciplinas e atividades escolares nas grades curriculares de maneira a ter um impacto direto na vida social dos indivíduos em formação. O currículo, em suas diversas definições, não se limita apenas à organização, mas também inclui objetivos gerais e específicos, com o propósito de influenciar a realidade social dos cidadãos, padronizando e orientando práticas e conhecimentos.

O Currículo Educacional é visto como instrumento de controle social, visto que, os saberes são devidamente selecionados para chegar a um produto final. Entende-se que o currículo influencia na realidade sociocultural dos indivíduos, através dos conteúdos que são selecionados. Sendo essa formulação realizada por uma classe social considerada dominante, o espaço escolar virá a ser homogeneizador, já que, os saberes selecionados viriam a beneficiar apenas uma parte da sociedade, negligenciando a minoria.

Segundo Lopes e Macedo (2013), “[...] são postos em lados opostos os sujeitos que dominam os saberes considerados legítimos e os sujeitos que dominam os saberes deslegitimados”. Essa forma de seleção *do que é ou não válido* e a fixação de um determinado conhecimento, determina apenas um projeto para o currículo, ou seja, negligência e exclui uma diversidade de saberes, que em sua maioria pertence a grupos sociais marginalizados.

Considerando a diversidade cultural brasileira, o currículo precisa ser formulado de forma a atender essa pluralidade, sem que uma cultura seja imposta sobre a outra. A partir desse entendimento, discussões sobre a relação entre Currículo e Cultura são embasadas. Discussões essas que buscam promover o respeito e a não invisibilidade das diferenças, Segundo Silva (2005, p. 103),

As diferenças não devem ser simplesmente respeitadas ou toleradas. Na medida em que elas estão sendo constantemente feitas e refeitas, o que se deve focalizar são precisamente as relações de poder que presidem sua produção. Um currículo inspirado nessa concepção não se limitaria, pois, a ensinar a tolerância e o respeito, por mais desejável que isso possa parecer, mas insistiria, em vez disso, numa análise dos processos pelos quais as diferenças são produzidas através de relações de assimetria e desigualdade. Num currículo multiculturalista crítico, a diferença, mais do que tolerada ou respeitada, é colocada permanentemente em questão.

Um currículo multiculturalista não se limita a propor estratégias para promover o respeito e a tolerância às diferenças. Ele também se dedica a analisar e identificar os discursos e práticas que colaboram com a disseminação da desigualdade. Essa abordagem coloca as questões culturais em um papel central na formulação do currículo, com o objetivo de desenvolver estratégias pedagógicas que sejam consistentemente focadas na promoção da igualdade social.

O multiculturalismo possibilita refletir que

[...] a igualdade não pode ser obtida simplesmente através da igualdade de acesso ao currículo hegemônico existente, como nas reivindicações educacionais progressistas anteriores. A obtenção da igualdade depende de uma modificação substancial do currículo existente (SILVA, 2005, p. 105).

Promover a igualdade não se limita a garantir o acesso de todos ao currículo hegemônico existente, mas implica em reformulá-lo considerando a diversidade. Isso envolve a implementação de ações e intervenções que abrangem toda a sociedade, evitando a predominância de uma classe sobre a outra. A proposta não é criar um novo currículo, mas sim, tornar o atual mais inclusivo, através de leis e diretrizes que promovam a visibilidade das minorias e assegurem o cumprimento dessas obrigações.

A busca pela democratização da Educação Básica enfrenta desafios significativos na esfera da política educacional, uma vez que implica em fornecer visibilidade ao contingente de estudantes anteriormente marginalizados. “Tal situação colocou como necessidade a adoção de novas formas de organização educacional, de novas metodologias de ensino-aprendizagem, de atuação institucional, buscando superar paradigmas homogeneizantes” (Brasil, 2013, p. 521). Torna-se, assim, imperativo (re)elaborar estratégias educacionais fundamentadas na promoção da diversidade e inclusão.

Entre os Princípios da Educação em Direitos Humanos, destaca-se o Reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades, refere-se “[...] ao enfrentamento dos preconceitos e das discriminações, garantindo que diferenças não sejam transformadas em desigualdades” (Brasil, 2013, p. 522). Entende-se que, além de garantir a implementação de propostas voltadas à diversidade e inclusão, os Direitos Humanos na Educação buscam estratégias para combater o preconceito e a discriminação, além de construir um ambiente escolar mais inclusivo e acolhedor.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Com base no embasamento teórico, torna-se claro que há uma necessidade de currículos educacionais mais diversificados, promovendo a inclusão e a valorização da diversidade. As propostas pedagógicas devem ser formuladas com o propósito de consideração e respeito pelas especificidades das práticas culturais, assegurando que todos os indivíduos sejam devidamente reconhecidos e tenham seus direitos garantidos.

A revisão de trabalhos e artigos que abordam questões de cultura, diversidade, multiculturalismo e currículo foi realizada com o objetivo de aprofundar a compreensão da interseção entre as dimensões culturais e educacionais. Essa revisão proporcionou um embasamento teórico para a análise das Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (Brasil, 2013), contribuindo para a identificação de propostas alinhadas com as perspectivas dos especialistas no campo.

As Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica buscam garantir uma educação de qualidade com visão social. Para alcançar esse objetivo, incorpora diversos critérios, dentre os quais se destaca a "[...] consideração sobre a inclusão, a valorização das diferenças e o atendimento à pluralidade e à diversidade cultural, resgatando e respeitando os direitos humanos, individuais e coletivos, assim como as manifestações de cada comunidade" (Brasil, 2023, p. 22). Note-se que o documento se fundamenta em leis e princípios que visam garantir a igualdade diante das diversas realidades culturais que compõem o corpo estudantil.

Para efetivar a proposta de proporcionar um ambiente inclusivo e equitativo, é essencial organizar o currículo escolar de maneira que os estudantes tenham oportunidades de explorar e compartilhar suas origens e conhecimentos culturais. O Artigo 11 da Resolução nº 4/10 estipula que "A escola de Educação Básica é o espaço em que se ressignifica e se recria a cultura herdada, reconstruindo-se as identidades culturais, em que se aprende a valorizar as raízes próprias das diferentes regiões do País." (Brasil, 2013, p. 66). Portanto, considerando a diversidade sociocultural presente na escola, ela se configura como o agente responsável pelo processo de ensino-aprendizagem, envolvendo a apreciação e o respeito pelas raízes culturais brasileiras.

Além de agir como transmissoras de saberes, tradições e singularidades de diferentes culturas, as instituições escolares precisam propor estratégias educacionais que visam o combate à discriminação e desigualdades, para isso é necessário

“[...] acolher diferentes saberes, diferentes manifestações culturais e diferentes óticas, empenhar-se para se constituir, ao mesmo tempo, em um espaço de heterogeneidade e pluralidade, situada na diversidade em movimento, no processo

tornado possível por meio de relações intersubjetivas, fundamentada no princípio emancipador. [...] visando à superação das desigualdades de natureza sociocultural e socioeconômica. (Brasil, 2013, p. 27)

Propor estratégias de ensino que visem a valorização da diversidade e a mitigação da desigualdade está alinhada com a abordagem do Currículo Multiculturalista discutida por Oliveira (2009) e Silva (2005). Essa abordagem implica em métodos de ensino-aprendizagem centrados em superar disparidades, procurando, assim, ferramentas educacionais que tenham como meta o enfrentamento efetivo da desigualdade.

Através da abordagem da Educação Multiculturalista, torna-se viável transmitir aos estudantes que todos possuem a liberdade de expressar suas vivências culturais no espaço social, com o direito de serem respeitados e valorizados, respaldados pelo princípio da liberdade de expressão. É nesse contexto que se compreende que esses debates são necessários porque existem mecanismos hegemônicos que agem de forma a sobrepor uma cultura sobre a outra.

Ao discutir sobre os direitos de manifestações culturais considera-se a diversidade cultural brasileira, acerca do debate destaca-se:

Precisa, o Brasil, país multi-étnico e pluricultural, de organizações escolares em que todos se vejam incluídos, em que lhes seja garantido o direito de aprender e de ampliar conhecimentos, sem ser obrigados a negar a si mesmos, ao grupo étnico/racial a que pertencem e a adotar costumes, idéias e comportamentos que lhes são adversos. E estes, certamente, serão indicadores da qualidade da educação que estará sendo oferecida pelos estabelecimentos de ensino de diferentes níveis (BRASIL, 2013, p. 503).

Sendo o Brasil, um país composto de diferentes realidades socioculturais, é preciso que todos tenham seus direitos garantidos, com igualdade de aprender e compartilhar conhecimentos na esfera social e educacional, sem qualquer preconceito e discriminação. Perante o destaque, afirma-se que qualquer que seja o espaço social, não é aceitável que um indivíduo seja inferiorizado e menosprezado por conta de sua singularidade sociocultural, para isso, é necessário desnaturalizar paradigmas hegemônicos que insistem em marginalizar culturas em detrimento de outra considerada superior.

Diante do exposto é notório que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica são compostas de leis, resoluções e propostas que visam a visibilidade de diferentes povos. Observa-se a intenção de transformar o ambiente escolar em um espaço inclusivo e acolhedor, valorizando as diferenças e adotando artifícios que visem o combate a desigualdade. Nota-se a emergência de cooperar com a visibilidade de povos e culturas que

tiveram seus saberes historicamente inferiorizados em detrimento de povos que possuíam o conhecimento “civilizado”. As obrigadoriedades presentes no documento são responsáveis por fundamentar um currículo heterogêneo, que objetiva a promoção da diversidade e inclusão.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi analisado, é possível afirmar que as Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica (2013) são fundamentadas em demandas educacionais análogas às epistemologias defendidas por estudiosos e pesquisadores das áreas apresentadas na pesquisa. Foi possível destacar no documento passagens textuais especificamente referentes à valorização da diversidade, reconhecimento do Outro e ações que visam o combate da desigualdade.

É fundamental uma reflexão sobre como essas obrigações se manifestam na prática, explorando os métodos pedagógicos e estratégias adotadas para garantir o cumprimento da legislação. Estudos voltados para a relação entre Currículo e Cultura engajam discussões sobre esses questionamentos, permitindo o desenvolvimento de propostas educacionais alinhadas ao cumprimento das obrigações legais.

Conclui-se que pesquisas que visam as investigações e análises de Diretrizes que regem a educação brasileira contribuem cada vez mais para a confecção de currículos heterogêneos, com propostas que visam agregar todas as pluralidades socioculturais, disseminando assim, a valorização e identificação das diferentes culturas no ambiente educacional, e consequente, no meio social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. Ministério da Educação. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica**. Parecer MEC/SEB/DICEI/2013.
- OLIVEIRA, Anna. **Os estudos culturais e a questão da diferença na educação**. Revista Educação em Questão, Natal, v. 34, p. 33-62, jan/abr. 2009.
- LOPES, Alice; MACEDO, Elizabeth. **Teorias de Currículo**. 1ª ed. São Paulo: Cortez, 2013
- SILVA, Tomaz T. **Documentos de Identidade: Uma Introdução Às Teorias do Currículo**. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005